

*Manoel
J. C. Gomes
2012/04/15*

**Regulamento específico do 3º ciclo de estudos
conducente ao grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas**

**Artigo 1.º
(Enquadramento jurídico)**

O presente regulamento visa desenvolver e complementar o regime jurídico instituído pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março (alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de Setembro) e demais legislação aplicável, no que diz respeito aos terceiros ciclos de estudos, bem como o *Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da U.Porto*.

**Artigo 2.º
(Âmbito de aplicação)**

1. O presente Regulamento aplica-se ao 3º ciclo de estudos conducente ao grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas ministrado na Faculdade de Farmácia, unidade orgânica da Universidade do Porto, adiante designada por FFUP.
2. As especialidades em que, através da Faculdade de Farmácia, a Universidade do Porto concede o grau de doutor em Ciências Farmacêuticas são as aprovadas e publicadas no Diário da República, sendo atualmente:
 - a) Análises Clínicas;
 - b) Biologia Celular e Molecular;
 - c) Bioquímica;
 - d) Farmacologia e Farmacoterapia;
 - e) Fitoquímica e Farmacognosia;
 - f) Hidrologia;
 - g) Microbiologia;
 - h) Nanotecnologias
 - i) Nutrição e Química dos Alimentos;
 - j) Química Analítica;
 - k) Química Farmacêutica e Medicinal;
 - l) Síntese de Fármacos;
 - m) Tecnologia Farmacêutica;
 - n) Toxicologia.

**Artigo 3.º
(Grau de doutor – resultados de aprendizagem e competências)**

A concessão do Grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas tem como objetivo preparar profissionais com as seguintes competências:

U1

- a) Capacidade de compreensão sistemática num ramo de conhecimento ou numa especialidade de Ciências Farmacêuticas;
- b) Competências, aptidões e conhecimento de metodologias de investigação associadas às Ciências Farmacêuticas nas suas várias vertentes;
- c) Capacidade para conceber, projetar, adaptar e realizar trabalhos de investigação na área de Ciências Farmacêuticas, respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas;
- d) Capacidade de realizar trabalhos de investigação que contribuam para o alargamento das fronteiras do conhecimento, parte do qual mereça a divulgação nacional ou internacional em publicações com comité de seleção;
- e) Capacidade de analisar criticamente, avaliar e sintetizar ideias novas e complexas;
- f) Capacidade de comunicar com os seus pares, a restante comunidade académica e a sociedade em geral sobre o ramo de conhecimento em Ciências Farmacêuticas em que é especializado;
- g) Possuir competências alargadas para, numa sociedade baseada no conhecimento, promover, em contexto académico/profissional, inovação para o progresso tecnológico, social ou cultural.

Artigo 4.º **(Habilitação de acesso)**

1. São admitidos como candidatos à inscrição no 3º ciclo de estudos conducente ao grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas:
 - a) Os titulares do Grau de Mestre ou equivalente legal;
 - b) Os titulares de Grau de Licenciado, detentores de um currículo escolar ou científico especialmente relevante que seja reconhecido pela Comissão Científica como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos;
 - c) A título excecional os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido pela Comissão Científica como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.
2. O reconhecimento a que se referem as alíneas b) e c) do número anterior tem como efeito apenas o acesso ao 3º ciclo de estudos conducente ao grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de Licenciado ou de Mestre ou o seu reconhecimento de habilitações.

Artigo 5.º **(Admissão ao ciclo de estudos e condições de funcionamento)**

Os prazos para candidatura, inscrição, número de vagas, número mínimo de estudantes serão fixados anualmente pelo Reitor da Universidade do Porto, sob proposta da Comissão Científica do Ciclo de Estudos e serão divulgados até um mês antes do seu início de funcionamento.

Artigo 6.º
(Candidatura)

1. A apresentação da candidatura é efetuada junto do Serviço competente da FFUP e instruído com os documentos anualmente exigidos aquando a abertura das candidaturas.

Artigo 7.º
(Critérios de seleção e seriação)

Os candidatos serão selecionados e seriados pela Comissão Científica tendo em consideração o currículo académico, o currículo científico e a experiência profissional.

Artigo 8.º
(Matrículas e propinas)

1. São devidas taxas de matrícula conforme tabela de emolumentos da U.Porto (fixadas pelo Conselho de Gestão) e propinas de doutoramento em quantitativo a fixar pelo Conselho Geral, sob proposta do Reitor.
2. As isenções e reduções do pagamento de propinas serão feitas de acordo com o Regulamento de Propinas da U.Porto.
3. A inscrição no ciclo de estudos é renovada anualmente.
4. O seguro escolar anual é obrigatório.

Artigo 9.º
(Calendário escolar e programas das unidades curriculares)

1. A previsão da organização do ano escolar relativamente às datas para o início e termo dos períodos lectivos, interrupção das atividades lectivas, realização de exames e de outras provas devem ser apresentados aquando a abertura do período de candidaturas.
2. Os programas das unidades curriculares devem ser disponibilizados no Sistema de Informação da FFUP uma semana antes do início do ano lectivo.

Artigo 10.º
(Curso de doutoramento)

1. O Ciclo de Estudos conducente ao grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas integra um *Curso de Doutoramento* (não conferente de grau), o qual deverá ser entendido como um período propedêutico e probatório.

41

2. As unidades curriculares que constituem a componente curricular encontram-se expressamente previstas no plano de estudos publicado no Diário da República sendo elas:
 - a) Seminário de Doutoramento (22 ECTS);
 - b) Metodologias de Investigação I (8 ECTS);
 - c) Metodologias de Investigação II (6 ECTS).
3. O *Curso de Doutoramento* poderá ter um formato variável adaptado a cada candidato e é constituído pelas seguintes unidades curriculares (UCs), a que correspondem os ECTS indicados:
 - a) A UC "Seminário de Doutoramento" será cumprida através da elaboração de um trabalho escrito que deverá ser apresentado oralmente pelo Estudante perante um Júri designado pela Comissão Científica. Poderá constituir o referido trabalho:
 - i. Um texto elaborado expressamente para a atribuição dos créditos correspondentes a esta UC;
 - ii. Um artigo científico submetido para publicação, no período correspondente ao 1º ano do *Curso de Doutoramento*.
 - b) As UCs "Metodologias de Investigação I" e "Metodologias de Investigação II" poderão ser cumpridas através das seguintes atividades:
 - i. Frequência e aproveitamento comprovado de uma unidade curricular de ciclos de estudo da FFUP ou de outras instituições universitárias nacionais ou estrangeiras;
 - ii. Frequência de cursos de formação com avaliação, aprovada pelo Orientador e/ou Coorientador;
 - iii. Outras atividades poderão ser objecto de creditação. Para o efeito deverá ser apresentado um pedido prévio pelo Estudante, acompanhado do parecer do Orientador e/ou Coorientador, à Comissão Científica.
4. Para obter aprovação às UCs "Metodologias de Investigação I e II" deverá o Estudante apresentar relatório descritivo das atividades realizadas, conjuntamente com uma declaração do Orientador e/ou Coorientador a certificar o conteúdo do relatório.
5. A aprovação no *Curso de Doutoramento* confere direito a uma certidão de registo e/ou um diploma emitida/o pela FFUP com a denominação de *Diploma de Curso de Doutoramento em Ciências Farmacêuticas Aplicadas*.
6. A certidão/ diploma e o suplemento ao diploma devem ser emitidos no prazo máximo de 30 dias depois de requeridos.

Artigo 11.º (Normas de Avaliação)

1. A avaliação de conhecimentos das unidades curriculares tem carácter individual. O resultado da avaliação será expresso na escala numérica inteira de 0 a 20 valores.
2. Considera-se aprovado numa unidade curricular o estudante cuja nota final de avaliação seja igual ou superior a 10 valores.
3. As classificações finais das unidades curriculares devem ser lançadas no sistema de informação da FFUP.



4. As classificações da época de recurso devem ser publicadas até duas semanas após a realização da avaliação.
5. Os estudantes podem requerer a melhoria de classificação uma única vez por unidade curricular numa das duas épocas, normal ou de recurso, imediatamente subsequentes àquela em que obtiveram aprovação e em que a unidade curricular tenha avaliação prevista.
6. Após proceder ao pedido da certidão de conclusão, os estudantes ficam inibidos de requerer qualquer melhoria de classificação.

Artigo 12.º

(Processo de nomeação do Orientador ou Coorientador)

1. O orientador e o coorientador, caso exista, serão propostos pela comissão científica do ciclo de estudos, depois de ouvido o candidato, e da aceitação expressa do(s) designado(s), e serão nomeados pelo Conselho Científico.
2. A orientação deve ser assegurada por um professor ou investigador doutorado da área científica do ciclo de estudos, docente da FFUP. Excepcionalmente, a orientação pode caber a um professor ou investigador doutorado de outra instituição, caso em que terá de existir um Coorientador e o mesmo ser professor ou investigador doutorado da FFUP.
3. É permitida a mudança de Orientador e/ou do tema de tese no período probatório.
4. Após a inscrição definitiva, o Conselho Científico pode permitir a mudança de Orientador e/ou do tema de tese, mediante requerimento fundamentado do estudante e do Orientador.
5. O Orientador pode, a todo o tempo, solicitar ao Diretor do ciclo de estudos, mediante justificação devidamente fundamentada, a renúncia à orientação do doutorando.

Artigo 13.º

(Regime de preparação da tese)

1. A inscrição em doutoramento será feita em regime de tempo integral. Excepcionalmente, a inscrição em regime de tempo parcial poderá ser aceite desde que obtida a concordância do Orientador e da Comissão Científica.
2. Haverá lugar ao pagamento da propina referente aos anos lectivos durante os quais esta tese se prolonga, desde que o registo da tese permaneça válido, de acordo com o previsto no regulamento de propinas da U.Porto, devendo o estudante renovar anualmente a sua inscrição.

01

Artigo 14.º
(Relatório do Orientador)

1. O Orientador apresenta anualmente à Comissão Científica o relatório escrito sobre a evolução dos trabalhos do estudante, com base nos elementos por este fornecidos.
2. A informação a que se refere o número anterior, sob a forma de relatório escrito, deverá ser entregue à Comissão Científica até trinta dias antes do termo do período para o qual o estudante tem inscrição válida.

Artigo 15.º
(Acordo prévio de confidencialidade)

1. O trabalho de investigação do estudante pode envolver um acordo de confidencialidade, previamente aprovado pelo Diretor da FFUP ouvido o Conselho Científico sob proposta fundamentada do Orientador.
2. Findas as provas de doutoramento a tese apenas será publicada uma vez decorrido o prazo definido no acordo, que poderá ser no máximo de três anos.

Artigo 16.º
(Suspensão da contagem de prazos de entrega da tese)

1. A contagem dos prazos para entrega da tese pode ser suspensa por despacho do Reitor da U.Porto, nos seguintes casos:
 - a) Doença grave e prolongada do estudante ou acidente grave;
 - b) Maternidade.
 - c) Exercício efetivo de uma das funções a que se refere o artigo 73º do Decreto-Lei nº 448/79, de 13 de Novembro, ratificado, com alterações, pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.
2. A situação de doença deve ser confirmada por atestado médico que comprove inequivocamente a impossibilidade de continuidade dos estudos.
3. A maternidade deve ser comprovada por documento apropriado, não podendo neste caso a suspensão exceder 150 dias consecutivos.
4. A suspensão a que se refere o presente artigo só pode ocorrer durante o período de preparação da tese e cumpre o estipulado no *Regulamento de Propinas da U.Porto* em vigor (o qual engloba a isenção da propina durante esse período).

Artigo 17.º
(Registo do tema e do plano da tese)

1. O tema da tese é proposto pelo orientador, tão cedo quanto possível, até ao final do *curso de doutoramento*.



2. A inscrição definitiva como Estudante de Doutoramento só ocorre após conclusão do *curso de doutoramento* e depende de parecer favorável da Comissão Científica, que terá em consideração o desempenho no *Curso de Doutoramento* e o tema e plano da Tese, proposto para registo à Comissão Científica pelo Orientador.
3. Após esta inscrição o Serviço competente da FFUP procede ao registo do tema da tese com vista à comunicação ao GPEARI do Ministério da Educação e Ciência os dados necessários à inclusão no registo nacional de teses de doutoramento em curso, conforme estipulado no decreto-lei nº 52/2002, de 2 de Março.
4. O registo caduca se a tese não for entregue nos quatro anos subsequentes ao mesmo, podendo ser revisto e renovado o registo, por decisão da Comissão Científica, com base em motivos concretos e fundamentados.

Artigo 18.º **(Submissão da tese)**

1. São requisitos prévios para a submissão da tese:
 - a) A aprovação das unidades curriculares;
 - b) O requerimento não pode ser apresentado antes de decorridos três anos sobre a data de admissão do candidato ao ciclo de estudos, salvo se, este se apresentar sob sua exclusiva responsabilidade ou ocorrer um processo de creditação de formação anterior ou de experiência profissional.
2. Ao abrigo do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março (alterado pelos Decretos-Leis n.º 107/2008, de 25 de Junho, e n.º 230/2009, de 14 de Setembro), os candidatos que reúnam as condições para acesso ao ciclo de estudos conducentes ao grau de doutor podem requerer a apresentação de uma tese ao ato público de defesa sem Orientador. Compete ao Conselho Científico da FFUP decidir quanto ao pedido, por maioria qualificada de dois terços dos membros em efetividade de funções, com base no currículo do requerente, da adequação da tese e de um parecer elaborado por dois especialistas indicados pelo Diretor do Ciclo de Estudos. Sendo devido o pagamento de uma propina no valor correspondente à de dois anos do ciclo de estudos.

Artigo 19.º **(Apresentação e entrega da tese e sua apreciação)**

1. A tese deve ser apresentada em versão definitiva e formato normalizado, em língua portuguesa ou outra de reconhecida divulgação na comunidade científica nacional e internacional, devendo ser acompanhada de um parecer do Orientador e, se existir, do Coorientador, elaborada de acordo com as Normas de Formatação e do Manual de Identidade Gráfica da FFUP.
2. Com o requerimento de admissão às provas de doutoramento devem ser entregues no Serviço de Gestão Académica e Expediente 11 exemplares da tese, 10 currículos, 3 cd's cada um condicionado em caixa rígida, devidamente identificados: título, autor, nome desta instituição, ano da defesa, tipo de trabalho (Tese) para serem depositados na Biblioteca Nacional Portuguesa e no Gabinete de Planeamento, Estratégia,

4

Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Educação e Ciência e a declaração de autorização de disponibilização da tese no repositório da U.Porto, nos casos em que não exista acordo de confidencialidade que o impeça.

3. Se não houver razão para indeferir, em decisão fundamentada na falta de pressupostos legalmente exigidos, o pedido de admissão a provas de defesa da tese, o Conselho Científico apresenta ao Reitor da Universidade a proposta de composição do júri.
4. Compete ao Conselho Científico aceitar a redação da tese em língua estrangeira.

Artigo 20.º **(Composição e nomeação do júri)**

1. A Comissão Científica proporá, em tempo útil, ao órgão estatutariamente competente da FFUP, um júri que será nomeado pelo Reitor da U.Porto nos trinta dias úteis subsequentes à data da aprovação da proposta.
2. O despacho de nomeação do júri deve ser notificado ao Estudante no prazo de cinco dias e afixado em local público habitual.
3. O Estudante poderá, nos quinze dias úteis subsequentes à notificação referida no número anterior ou à data da afixação pública da composição do júri, opor suspeição a qualquer membro do mesmo, nos termos da legislação aplicável.
4. O júri é constituído por:
 - a) Reitor da U.Porto, que preside, ou quem dele receba delegação para esse fim;
 - b) Orientador ou Coorientador;
 - c) Um mínimo de três e um máximo de cinco Doutores especialistas no domínio em que se insere a tese.
5. Pelo menos dois dos membros do júri são designados de entre Professores e Investigadores doutorados de outras instituições de ensino superior ou de investigação, nacionais ou estrangeiras, devendo ser especialistas no domínio em que se insere a tese.
6. Pode ainda fazer parte do júri um especialista, nacional ou estrangeiro, de competência reconhecida pelo(s) órgão(s) competente(s) na área científica em que se insere a Tese.

Artigo 21.º **(Funcionamento do júri)**

1. Após a nomeação do júri, é enviado um exemplar da tese de doutoramento a cada membro do júri.
2. Nos sessenta dias subsequentes à publicitação da sua constituição definitiva, o presidente do júri convoca uma reunião na qual o júri declara aceite a tese ou não, seguindo-se os termos previstos no artigo 18º do *Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da U.Porto*.



21

3. Em alternativa ao número anterior, o presidente do júri pode solicitar a todos os membros do júri que se pronunciem por escrito sobre a aceitação da tese e sobre a designação dos arguentes principais.
4. No caso de haver unanimidade dos membros do júri quanto à aceitação da tese e à designação dos arguentes principais, o presidente do júri profere um despacho liminar ratificando esta deliberação.
5. No caso de não haver unanimidade dos membros do júri, o presidente do júri deve convocar a reunião prevista no número 2.
6. A reunião mencionada anteriormente pode ser realizada presencialmente ou através de meios de comunicação simultânea à distância, designadamente pelo sistema de videoconferência.

Artigo 22.º **(Prova de doutoramento)**

1. O estudante concluirá o seu doutoramento com a submissão da sua tese e a sua posterior defesa e aprovação perante um júri de avaliação final.
2. Sem prejuízo das avaliações inerentes à aprovação nas unidades curriculares integrantes do ciclo de estudos, a prova de doutoramento consiste na discussão pública de uma tese original, a qual obedece ao estipulado no artigo 19.º do *Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da U.Porto*.

Artigo 23º **(Deliberação do júri)**

1. Concluída a discussão referida no artigo anterior, o júri reúne para apreciação da prova e para deliberação sobre a classificação final do candidato através de votação nominal fundamentada, não sendo permitidas abstenções, conforme disposto no artigo 20º do *Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da U.Porto*.
2. Da prova e das reuniões do júri é lavrada ata, da qual constarão os votos de cada um dos seus membros e respetiva fundamentação.

Artigo 24.º **(Depósito Legal)**

1. As teses de doutoramento estão sujeitas ao depósito legal de um exemplar em papel e de um exemplar em formato digital na Biblioteca Nacional, bem como um segundo exemplar em formato digital no GPEARI, conforme estabelecido no artigo 50º do Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho, e aprovado pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de Setembro.
2. Os depósitos referidos no ponto anterior são da responsabilidade da FFUP.

U1

Artigo 25.º
(Carta doutoral, suas certidões e suplemento ao diploma)

A certificação decorrerá de acordo com o previsto no *Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da U.Porto*.

Artigo 26.º
(Disposições especiais)

Durante o período de férias escolares suspendem-se os prazos de deliberação do Conselho Científico ou do Júri de doutoramento.

Artigo 27.º
(Casos omissos)

As situações não contempladas neste Regulamento seguem o preceituado no *Regulamento geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da U.Porto*, sendo os casos omissos decididos pelo Reitor, por proposta da Comissão Científica.

Artigo 28.º
(Disposição revogatória e entrada em vigor)

O presente Regulamento revoga o anterior Regulamento específico do ciclo de estudos conducente à obtenção do grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas e revoga as Condições de Funcionamento e Normas de Avaliação em vigor até esta data, entrando em vigor logo que aprovado pelo Reitor e publicitado nos termos legais.